



APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - COMPRA

Processo nº: 05270031/2026.

Interessado: Secretaria Municipal de Administração.

Assunto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral e gás liquefeito de petróleo - GLP, destinados a atender a demanda do município de Maravilha/AL.

O presente estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade da contratação, e dá base ao termo de referência a ser elaborado.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

Considerando que Administração Municipal de Maravilha/AL, possui necessidade contínua e permanente de abastecimento de água mineral e gás GLP para o regular funcionamento dos serviços públicos essenciais. Tendo a necessidade da água mineral como um insumo indispensável para garantir a hidratação dos servidores, alunos da rede municipal de ensino, pacientes das unidades de saúde e participantes de eventos, reuniões e capacitações promovidos pelo Município. Especificamente, demanda-se o fornecimento dos seguintes itens: Botijão de GLP 13kg – utilizado para cocção de alimentos nas escolas, creches, unidades de saúde, cozinha comunitária e demais órgãos municipais; Garrafão de água mineral 20 litros, para consumo direto nos prédios públicos, gabinetes e locais de grande circulação e Água mineral 500ml (pacote com 12 unidades) – para atendimento em reuniões, eventos externos, ações de campo e distribuição em situações de emergência ou calor intenso.

Diante da imprevisibilidade quanto ao volume exato de consumo mensal (que varia conforme calendário escolar, realização de eventos, temperatura ambiente e demandas emergenciais), mostra-se a mais adequada a realização de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, arts. 82 a 84.

A ausência de estoque regular desses itens pode comprometer o funcionamento de escolas (alimentação escolar), unidades de saúde e demais serviços essenciais, configurando risco à continuidade dos serviços públicos.

Portanto, a abertura do procedimento licitatório na modalidade Registro de Preços se justifica plenamente pela necessidade contínua, essencialidade dos bens e vantajosidade para a Administração, estando em perfeita consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

2. ATENDIMENTO ANTERIOR DA NECESSIDADE

A abertura do atual processo licitatório tem por finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, para o período de 01 (um) ano e serão utilizados para atender a demanda do município de Maravilha/AL.

3. REQUISITOS DO OBJETO



3.1. NATUREZA DO OBJETO

O objeto da contratação é comum, visto poderem seus padrões de desempenho e qualidade ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

3.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A presente aquisição é por meio do procedimento administrativo auxiliar sistema de registro de preço, instrumentalizado pelo certame licitatório. Isso significa que a pretendida contratação não resultará num único contrato (ainda que possa ter a execução continuada). O caso em tela, permitirá uma série de contratações, respeitados os quantitativos máximos e a observância do período de um ano. Dito de outro modo, o pregão se exaure com uma única contratação, enquanto o registro de preços dá oportunidade a tantas contratações quantas forem possíveis. Deste modo fica inviável que esta Secretaria Municipal de Administração estime um quantitativo preciso para atender o município de Maravilha/AL.

3.3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR. FORAM CONSIDERADAS DIFERENTES FONTES, PODENDO SER ANALISADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES?

Objetivando a obtenção da estimativa de preços, deverá ser publicado aviso de cotação no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas, a fim de que, empresas compatíveis com o objeto da licitação enviem a mesma dentro do prazo estimado. Obtendo desta forma valor médio de referência conforme a pesquisa de mercado pelas empresas, apurado através da média de preço por item das propostas válidas e com busca na plataforma “banco de preços” objetivando levantamento de mercado com base em contratações similares com os outros entes públicos ao objeto que será licitado.

Como se trata da necessidade de material esportivo para desenvolver as atividades da Secretaria Municipal de Administração do município de Maravilha/AL, não se verifica outra solução de mercado que não seja a aquisição desses materiais esportivos.

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem à necessidade do município de Maravilha/AL. Informamos, ainda que para aquisição em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos itens serem considerados bens comuns.

3.4. AMOSTRA

Para a aferição da compatibilidade do objeto com as especificações do Termo de Referência, não será exigido amostra.



3.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de obrigações específicas da contratada, sendo adequadas e suficientes aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta padronizada pela Secretaria Municipal de Administração do município de Maravilha/AL.

4. ENTREGA

O prazo de entrega é de até 02 (dois) dias corridos, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento ou empenho, no endereço da Secretaria Municipal de Administração do município de Maravilha/AL.

5. DA VEDAÇÃO DO CONSÓRCIO

De acordo com a complexidade e o vulto da contratação, e realizado o não parcelamento do seu objeto, não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas compitam individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta.

Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes a atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando o atendimento do interesse público.

A vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade do certame.

6. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

8. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo nos termos da Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, as empresas serão responsáveis pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos à reciclagem.

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis



ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso).

Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final e ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; - outras formas vedadas pelo poder público.”

Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

9. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição é imprescindível, mostrando-se viável por se tratar de aquisição de água mineral, gás mineral e gás liquefeito de petróleo a serem empregados nas atividades da Secretaria Municipal de Administração, cuja ausência poderá afetar o desempenho das atividades desta pasta.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações, tendo em vista que se trata de aquisição de água mineral, gás mineral e gás liquefeito de petróleo utilizado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Administração do município de Maravilha/AL.

A contratação alinha-se com o planejamento da Secretaria de Administração. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades do município.

11. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, não há necessidade de classificá-los como sigilosos.

Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da



PREFEITURA DE
MARAVILHA
GOVERNO SEMPRE EM FRENTE!

melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do termo de referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes do art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Maravilha/AL, 27 de maio de 2026.

Hellen Thays Ramalho dos Santos
Secretária Municipal de Administração



PREFEITURA DE
MARAVILHA
GOVERNO SEMPRE EM FRENTE!